



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ**

RESOLUÇÃO - CEPEC Nº XXX/2020

Regulamenta a Extensão como Componente Curricular (ECC) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFJ.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA da Universidade Federal de Jataí, no uso das suas atribuições legais, regimentais e estatutárias, reunido em sessão plenária realizada no dia XX de XXXX de 2020, e considerando:

- a) o que consta no processo eletrônico n.º XXXX;
- b) a Portaria n.º 001/2020, de 14 de janeiro de 2020, do Gabinete da Reitoria da UFJ, que mantém no âmbito da Universidade Federal de Jataí os procedimentos acadêmicos e administrativos disciplinados pelas normas da Universidade Federal de Goiás (UFG);
- c) o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, e a Universidade Federal de Goiás, assinado em 26 de dezembro de 2018; o 1º Termo Aditivo, de 02 de dezembro de 2019, e o 2º Termo Aditivo, com vigência no período de 10 de fevereiro de 2020 a 10 de fevereiro de 2021, que estabelecem a competência da UFG para atuar como tutora e autorizar, em conformidade com a legislação correlata, as providências necessárias à efetivação de ações relativas à implantação e ao funcionamento da UFJ;
- d) a necessidade de continuidade das atividades de extensão na Universidade Federal de Jataí (UFJ), criada pela Lei n.º 13.635, de 20 de março de 2018, por desmembramento da UFG;
- e) o art. 207 da Constituição Federal de 1988 que estabelece a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- f) a necessidade de incluir atividades de extensão e pesquisa de forma transversal e integrada aos currículos dos cursos de graduação;
- g) a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- h) a Meta 12.7, do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em Programas e Projetos de Extensão Universitária, Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014;
- i) a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (2009, 2012);

j) as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC);

k) a Resolução Consuni n.º XX/2020 que regulamenta as Ações de Extensão e Cultura na UFJ e Resolução CEPEC n.º XXX que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFJ;

l) Art. 4º Na organização e no desenvolvimento de suas atividades, a UFG respeitará os seguintes princípios: I – laicidade; II – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; III – gratuidade do Ensino, cuja manutenção é responsabilidade da União; IV – respeito à liberdade, à diversidade e ao pluralismo de ideias, sem discriminação de qualquer natureza; V – universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade; VI – defesa da qualidade de ensino, com orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; VII – defesa da democratização da educação – no que concerne à qualidade, à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e condição para a permanência – e com asociação de seus benefícios; VIII – defesa da democracia, estímulo à cultura, à arte e ao desenvolvimento científico, tecnológico, socioeconômico e político do País; IX – defesa da paz, dos direitos humanos e do meio ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Regularizar sobre a inclusão e o registro das atividades de Extensão Universitária como um conjunto de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias que compõem a carga horária dos cursos de graduação da UFJ.

Art. 2º A Extensão Universitária, compreendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, tecnológico e político que promove a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade, será realizada por meio das seguintes modalidades de ações de extensão

*I - **Projeto:** ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Pode ser uma ação isolada ou vinculada a um programa.*

*II - **Programa:** conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as atividades de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.*

*III - **Curso:** ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e critérios de avaliação definidos.*

*IV - **Evento:** ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.*

*V - **Prestação de serviços:** realização de trabalho oferecido pela IES ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público etc.). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.*

Art. 3º Serão consideradas Extensão como Componente Curricular (ECC) as atividades extensionistas que se qualificarem como um processo formativo, com o protagonismo estudantil e a promoção da interação dialógica com o conhecimento empírico.

§ 1º. As ECC terão como alvo o público externo à UFJ.

§ 2º. As modalidades de Extensão como Componente Curricular deverão ser coordenadas por docentes e/ou técnicos administrativos em educação da UFJ.

§ 3º Nas modalidades de Extensão como Componente Curricular (ECC), os discentes são ativos em todo o processo, sendo protagonistas no planejamento, na execução e na avaliação da ação

proposta, assim como devem participar da reflexão sobre o impacto da atividade em sua formação acadêmica e para o público alvo envolvido.

Art. 4º As ECC devem corresponder a, no mínimo, 10% da carga horária total prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e sua realização é obrigatória a todos os estudantes dos cursos de graduação da UFJ.

§ 1º Sem prejuízo ao percentual mínimo estabelecido no *caput* deste artigo, a carga horária total dos cursos de graduação deverá obedecer ao que está determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de referência, bem como o definido **na instrução normativa 001/2020 CSG em termos de carga horária máxima.**

§ 2º É vedada a validação de carga horária em ECC para o estudante que participe de ações de extensão na qualidade de ouvinte ou espectador.

Art. 5º A validação das ECC está condicionada ao cadastro prévio como Ação de Extensão, desde que esteja em consonância com o disposto nos Artigos 2º e 3º desta Resolução, e tenha a aprovação no Colegiado da Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica Especial.

§ 1º A ECC poderá ser realizada pelo estudante em diferentes unidades da UFJ a partir de seu ingresso, permitindo a interprofissionalidade e a interdisciplinaridade, independentemente do curso de graduação ao qual está vinculado, conforme definido no PPC e/ou no regulamento estabelecido pelas Unidades Acadêmicas ou Unidades Acadêmicas Especiais.

§ 2º Deverá estar explícito no PPC como a ECC se articula com o perfil do egresso.

§ 3º A coordenação de curso será responsável pela validação das ECC realizadas pelo estudante, cuja carga horária validada constará no histórico acadêmico do discente.

§ 4º As atividades de Estágio Curricular Não Obrigatório não poderão ser validadas como ECC.

§ 5º Os critérios de avaliação e validação das ECC deverão ser elaboradas em consonância com as DCN e PPC de cada curso de graduação

Art. 6º A ECC realizada pelo estudante em outro curso de graduação poderá ser aproveitada para o seu curso atual, desde que em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Conselho Diretor da Unidade Acadêmica ou Colegiado da Unidade Acadêmica Especial.

Parágrafo único. O limite de aproveitamento de ECC deverá ser definido no PPC.

Art. 7º As Unidades Acadêmicas ou Unidades Acadêmicas Especiais deverão propor adequação de seus respectivos Projetos Pedagógicos para cumprimento do disposto nesta Resolução, em conformidade com os prazos fixados pela Resolução n.º 07 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018.

Art. 8º Os casos omissos e ulteriores serão apreciados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da UFJ, no âmbito de suas competências.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data sua publicação.